

## De “estranho monarquista” a “obstinado republicano”: a construção historiográfica de Cipriano Barata (1762-1838)

*From “strange monarchist” to “obstinate republican”: the historiographic construction of Cipriano Barata (1762-1838)*

Leonardo Lima Breda

 <https://orcid.org/0000-0002-2172-322X>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

**Resumo:** Cipriano José Barata de Almeida, mais conhecido como Cipriano Barata, foi uma personalidade política marcante em meio ao ambiente da imprensa periódica brasileira da primeira metade do século XIX. Envolvido com uma série de movimentos revolucionários, no decorrer de sua vida lutou contra o sistema absolutista, se posicionando a favor do liberalismo moderno. Em meio a prisões, degredos e perseguições, o editor das “Sentinelas da liberdade” se lançou ativamente contra o que identificava como “despotismo português”, tornando-se uma espécie de liderança para o grupo político dos liberais Exaltados, em contenda pelos desígnios do nascente Império do Brasil. Da sua atividade como político e editor da imprensa, inúmeras foram as interpretações dadas pela historiografia, contribuindo para a edificação ambígua de sua memória e, conseqüentemente, sua história. Neste artigo, nos propomos a desenvolver um debate bibliográfico entre dois historiadores que o retrataram em algum momento de suas carreiras. Guiando-nos pelo conceito de “operação historiográfica”, de Michel de Certeau, pensaremos também nas diferentes possibilidades de “escrita” que o historiador se depara em sua atividade de pesquisa.

**Palavras-chave:** Cipriano Barata; Sentinelas da Liberdade; Império do Brasil; Operação historiográfica.

**Abstract:** Cipriano José Barata de Almeida, better known as Cipriano Barata, was a notable political personality in the Brazilian periodical press environment of the first half of the 19th century. Involved with a series of revolutionary movements, throughout his life he fought against the absolutist system, positioning himself in favor of modern liberalism. Amidst arrests, exiles and persecution, the editor of the “Sentinelas da Liberdade” actively launched himself against what he identified as “Portuguese despotism”, becoming a kind of spiritual leader for the political group of the “Exalted” liberals, in contention for the designs of the nascent Empire of Brazil. Of his activity as a politician and press editor, there were countless interpretations given by historiography, contributing to the ambiguous construction of his memory and, consequently, his history. In this article, we propose to develop a bibliographical debate between two historians who portrayed him at some point in their careers. Guided by Michel de Certeau’s concept of “historiographical operation”, we will also think about the different possibilities of “writing” that the historian faces in his research activity.

**Keywords:** Cipriano Barata; Sentinels of Liberty; Empire of Brazil; Historiographic operation.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

## Introdução

Ao nos depararmos com a possibilidade de estudar a historiografia que se preocupou em retratar Cipriano Barata (como sujeito particular e como personalidade pública do império e das regências), recorreremos ao trabalho recente do historiador brasileiro Marco Morel, *Cipriano Barata: uma trajetória rebelde na Independência do Brasil* (2022), onde este realizou um minucioso estudo biográfico de sua personalidade política, dos traços de sua intelectualidade, dos seus trejeitos de vestimenta, de comportamento, de fala, das suas relações familiares, redes de sociabilidade, eventos de importância histórica nos quais se envolveu e a natureza editorial de seus periódicos.

A partir da leitura deste trabalho desenvolvido por Morel, nos atentamos para a maneira como a historiografia buscou retratar este personagem. Durante o capítulo *Memórias e histórias* (2022, p. 344-348), nos é relevado um trajeto historiográfico que se inicia com a preservação da própria memória familiar de Cipriano Barata por uma de suas filhas, Veridiana Rosa Barata, que, por volta dos anos 1860, doou um acervo que contava com diversos documentos pessoais de seu pai (jurisprudências, cartas, exemplares de periódicos e de livros), ao historiador Alexandre José de Melo Moraes.

Há ainda uma carta endereçada por Veridiana a este mesmo historiador, datada de 1868, em que conta boa parte das mazelas sofridas por seu pai nos cárceres, nos quais algumas vezes teve a oportunidade de o acompanhar, tal como na situação do levante federalista do Forte do Mar, em 1833 na cidade de Salvador, que coincidiu com a transferência do preso Cipriano Barata para a Bahia, tendo estado presente naquelas instalações juntamente com sua filha durante o auge do motim. Acerca deste acervo, Melo Moraes faria doação à Fundação Biblioteca Nacional, mas não sem antes publicar um esboço de uma possível biografia sobre Barata, em reedição de seu *Brazil Histórico*, no ano de 1882 (MOREL, 2022, p. 339-340).

Tendo Cipriano falecido em 1838, intrigante é o silêncio póstumo sobre sua figura, visto que seu nome desaparece das discussões políticas do império, gradualmente, entre as décadas de 1850-1860, relegado ao ostracismo como apenas mais um líder revolucionário dos “Exaltados” que não merecia menção pelos agentes do poder reinante, apesar de ter sido ele um dos deputados que mais lutou pela causa da Independência do Brasil e de ter sido também membro da honrosa Imperial Ordem do Cruzeiro. Tirando algumas citações feitas a Cipriano Barata por Antônio Borges da Fonseca, liderança popular do grupo dos Exaltados na imprensa durante o 2º Reinado, envolvido com a Revolução Praieira de 1848, Morel (2022, p. 345) nos leva a crer que sua memória só passaria a ser construída pela historiografia já em inícios do século XX, a partir dos trabalhos de pesquisa organizados por Luís da Câmara Cascudo, que se iniciaram no contexto de comemoração do centenário da Independência.

Antes de Câmara Cascudo, raros seriam os casos de pessoas que se disponibilizaram a contar a história de Cipriano Barata. Uma destas, a professora Isabel Urbana Gondim, filha de um dos amigos mais próximos de Barata em finais de sua vida, o estudante e também professor Urbano Gondim, escreveu um estudo biográfico sobre ele ainda em 1898.

O trabalho empreendido por Câmara Cascudo só seria publicado em 1938, e se inspiraria nas “pinceladas” feitas por Heitor Muniz e Affonso de Taunay, nos anos 1920. De 1938, o estudo de Câmara Cascudo fundamentaria a memória de Cipriano Barata para a historiografia, servindo de base para estudos mais prolongados sobre o personagem, que vieram à luz durante os anos do Estado Novo, pela hábil escrita de Hélio Vianna (1945), Fernando Segismundo (1945) e Caio Prado Júnior (1953), cada um destes retratando-o à sua própria maneira.

Dos anos 1940-50 em diante, o interesse pela sua figura histórica se formaliza, mediante uma série de obras que, em maior ou menor grau, se voltaram para a análise de sua



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

personalidade, de sua escrita combativa, da circulação de seus periódicos, da sua intelectualidade e da sua assídua atuação como liderança política revolucionária.

De fato, dentre os personagens da história política dos oitocentos, o consideramos como um verdadeiro “revolucionário de todas as revoluções”, não apenas como um aforisma que ficou comumente conhecido ou uma simples figura de retórica, mas uma frase que expressa em poucas palavras o envolvimento de Cipriano Barata em momentos chave da história do Brasil, do processo de transmutação da realidade colonial para a do país nascente, independente de Portugal.

Estando ele presente nas reuniões secretas dos “clubs” revolucionários da Conjuração Baiana de 1798, no financiamento das lideranças encarceradas da Revolução Pernambucana de 1817, na bancada brasileira durante as discussões das cortes de Lisboa, entre 1821-1822, como um dos principais nomes dos “Exaltados” para cargos legislativos já na Independência do Brasil e na assembleia constituinte de 1823, sediada no Rio de Janeiro (da qual foi o deputado mais votado em todo território nacional, com 612 votos), como liderança mitológica e espiritual da Confederação do Equador de 1824 e nas acusações de envolvimento com levantes de escravos, negros e pardos, em 1831, na Bahia, nos motins federalistas de 1831, na Ilha das Cobras, e em 1833, no Forte do Mar, enfim, a lista é longa e exaustiva (MOREL, 2022).

Desta trajetória revolucionária estonteante, advieram as primeiras “construções” historiográficas de Affonso Ruy (1953), Gustavo Barroso (1955), Otávio Tarquínio de Souza (1960), Nelson Werneck Sodré (1966), Kátia Queiroz Mattoso (1969), João Alfredo de Souza Montenegro (1978), Roberto Martins (1979) e Carlos Guilherme Motta (1979). E desta historiografia dos anos 1950-1970, um último estudo, realizado pelo professor de história da Bahia, Luís Henrique Dias Tavares (1986), finalizou um ciclo de produções sobre Cipriano Barata.

A obra de Dias Tavares, seguindo em uma via já pavimentada desde os anos 1940, por Hélio Vianna, Fernando Segismundo e Caio Prado Júnior, revelou para a historiografia outro Cipriano Barata, até então visto entre os extremos de “obstinado republicanismo” e “estranho monarquismo”. Dias Tavares é claro em relação ao pensamento político de Cipriano Barata. Para ele, o líder revolucionário e editor da imprensa brasileira situa-se em um momento único da conjuntura política do Brasil, não estando inclinado a acreditar nos traços ambíguos sobre sua pessoa, construídos durante muitos anos e muitas leituras feitas pela historiografia do século XX. Nem republicano, nem monarquista, Dias Tavares o vê como “federalista”<sup>1</sup>. Visão corroborada por Marco Morel, historiador que desde os anos 2000, vem publicando uma série de obras importantes a respeito de sua figura biográfica.

Se atualmente a leitura de Dias Tavares, de um Cipriano Barata como líder do federalismo brasileiro (especialmente durante as regências) ganha voz em meio aos historiadores deste personagem, não se pode dizer o mesmo de alguns de seus antecessores, dos quais o historiador baiano é tributário, como Hélio Vianna (1945) que o edificou perante a historiografia do século XX.

Se levarmos em consideração o que escreveu Michel de Certeau (1982, p. 31-32) em *A escrita da história*, durante o primeiro capítulo intitulado *Fazer história: problemas de método e problemas de sentido*, entenderemos a história como uma prática, a disciplina “História”, que por sua vez gera um resultado, o discurso da “história”, condicionado a ser histórico devido a seu lugar de produção. Tendo em mente a relação dual da história, entre realidade (operação

<sup>1</sup> Vale ressaltar que durante a primeira metade do século XIX, e mais precisamente durante os anos 1830, para uma parte da elite política do império situada em espectros mais conservadores ou “moderados” da cena política, “federalismo” era, em certa medida, sinônimo de “republicanismo”, a partir da ideia de que a defesa de uma autonomia maior para as províncias em relação ao governo central levaria-as a se tornarem repúblicas praticamente independentes da Corte do Rio de Janeiro, gerando consequentemente movimentos de secessão. O fato de Cipriano Barata falar abertamente sobre a defesa de um modelo federalista de governo dava o material necessário aos seus opositores para enquadrá-lo em um pensamento “republicano”, logo, contrário ao império e ao imperador.



científica; escrita da história; produção historiográfica; historicidade) e um discurso (texto fechado em si mesmo; linguagem), Michel de Certeau reflete sobre a existência de uma historicidade da própria história, e que implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social.

A história oscila, então, entre dois polos. Por um lado remete a uma prática, logo, a uma realidade, por outro lado, é um discurso fechado, o texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade. Sem dúvida, a história é o nosso mito. Ela combina o "pensável" e a origem, conforme o modo através do qual uma sociedade se compreende. Disso, Michel de Certeau afere que o historiador, ao escrever a história, na verdade "faz" a história.

Do método que o historiador escolhe, deve ser apreendido o seu próprio passado. O historiador se utiliza de esquemas e modelos que foram gerados pelo *outro*, em outros contextos historiográficos, pensados para responderem a outras questões. Como afirma Michel de Certeau (1982, p. 45), "assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas".

Para Michel de Certeau (1982, p. 47), a história se produz em uma fronteira, um campo limítrofe entre as articulações de "uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se deste". Desta relação com o *outro* (um passado), impõem-se algumas questões, como o da produção de discursos diferentes, surgidos da estranheza entre a atualidade do historiador e a atualidade do fato estudado, onde diferentes contextos históricos (passados e presentes) produzem também diferentes histórias.

Disso, podemos concluir que o historiador produz história em conformidade com as demandas sociais de sua contemporaneidade, alinhadas com questões de sua própria subjetividade, buscando nas transformações/tensões do passado, meios de se fazer representar o presente. Em outras palavras, o historiador, em sua atividade, respeita uma lógica, ou um *modus operandi*, em uma relação de oferta e demanda com a sua própria sociedade.

Logo, a fim de realizar uma análise comparativa destas diferentes "escritas da história" acerca de um mesmo personagem histórico, e das implicações sociais desta relação, nos propomos a discutir a obra de dois historiadores que, em momentos diferentes da história do século XX, se debruçaram sobre a memória e a historiografia de Cipriano Barata. A partir daqui, seguiremos com uma breve descrição destes dois historiadores escolhidos por nós e como estes preferiram, em suas determinadas épocas, tecerem suas narrativas históricas acerca de Cipriano Barata. Ao mesmo tempo, seguiremos em uma exposição biográfica da vida particular e atuação pública de Barata, dando destaque para os momentos de "choque", ou de "estranhamento", entre as visões distintas destes dois historiadores sobre um mesmo objeto de análise.

A começar por Hélio Martins Vianna, nascido em 1908 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, cursou a faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1932. Ainda na década de 1930, foi membro da ala intelectual da Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado, até o golpe de 1937, quando se afastou da vida militante para se dedicar ao estudo e pesquisa de história do Brasil, tornando-se professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e também como professor de História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Durante a década de 1940, Vianna alcança o auge de suas publicações, com *História do Brasil* (1945), *História das Fronteiras do Brasil* (1948) e *Estudos de História Colonial* (1948), se associando à Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil e da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército. Ainda em vida, se tornaria membro da Academia Portuguesa de História.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Em 1946, graduou-se pela Faculdade Nacional de Filosofia, um ano após a publicação da sua famosa obra *Contribuições à história da imprensa brasileira: 1812-1869* (1945), qual dedica um capítulo inteiro a falar sobre a vida e obra de Cipriano Barata. E é exatamente este capítulo que nos interessa, a fim de entender como Hélio Vianna, historiador de “direita”, ex-membro do movimento integralista, ligado a uma escrita de História Política tradicional e História Militar, conservadora, retratou um personagem que poderia facilmente ser alinhado ao espectro político da “esquerda” do século XVIII, do contexto da Revolução Francesa, e que lutou até o fim de sua vida contra o poder estabelecido.<sup>2</sup>

De Hélio Vianna, situado na primeira metade do século XX, seguimos para a apresentação de Luís Henrique Dias Tavares, historiador da segunda metade do século XX, membro da Academia de Letras da Bahia e especialista em história da Bahia. Dias Tavares, nascido no ano de 1926, tinha apenas vinte anos de idade quando o experiente Hélio Vianna publicava a sua interpretação de Cipriano Barata. Tendo adquirido o seu doutorado em História em 1961, assumindo a cátedra de História do Brasil da Universidade Federal da Bahia, foi ainda o diretor do Arquivo Público da Bahia, membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e integrante da Academia de Letras da Bahia, tendo recebido ainda a comenda “Dois de Julho” como símbolo de seu patriotismo e dedicação à história baiana.

Dias Tavares se caracterizou como historiador ao se especializar e publicar obras que fazem referência ao movimento republicano baiano de 1798, tais como *As ideias revolucionárias de 1798* (1956), além de percorrer momentos marcantes da história de seu estado, como apresentado em sua obra *A independência do Brasil na Bahia* (1977), que busca discutir o envolvimento das camadas populares nas disputas militares e políticas contra as tropas portuguesas encasteladas no centro urbano de Salvador. Além das obras de caráter histórico, Dias Tavares também se firmou como escritor de literatura com: *A noite do homem* (1960), *Moça sozinha na sala* (1960), *Menino pegando passarinho* (1966), *O Sr. capitão/ A heroica morte do combativo guerreiro* (1969), *Homem deitado na rede* (1969), *Almoço posto na mesa* (1991), *Não foi o vento que a levou* (1996), *Sete cães derrubados* (1999), entre outros escritos de sucesso.

Tendo passado por diversos momentos da história baiana, cedo ou tarde Dias Tavares se depararia com a questão da memória sempre ambígua acerca do seu conterrâneo Cipriano Barata, o que possibilitou esta análise comparativa com a escrita de Hélio Vianna. De fato, o estado da memória e historiografia de Cipriano Barata qual Dias Tavares se deparou é completamente diferente daquele dos estudos “pioneiros” de Hélio Vianna, como se verá adiante.

### **De “estranho monarquista” a “obstinado republicano”: Cipriano Barata pela escrita da história de Hélio Vianna (1945) e Luís Henrique Dias Tavares (1986)**

Cipriano José Barata de Almeida, ou simplesmente Cipriano Barata, foi filósofo, professor, médico e editor da imprensa durante a primeira metade do século XIX. Filho do tenente português Raymundo Nunes Barata com uma brasileira, Luísa Josefa Xavier, nasceu no ano de 1762 na freguesia de São Pedro Velho, nas cercanias de Salvador, Bahia. Algumas fontes alegam, como o próprio Hélio Vianna, que Cipriano Barata, na verdade nascera em 1763, e que teria mentido a

<sup>2</sup> O termo “esquerda” é entendido aqui, através do universo político que se desenvolveu a partir de finais do século XVIII com as discussões da Assembleia Nacional Constituinte que resultou na Revolução Francesa, onde o “sentar-se à esquerda” da assembleia simbolizava o alinhamento ao projeto político jacobino, e o “sentar-se à direita”, significava ser adepto das propostas dos girondinos. Ressaltamos a importância de não confundir os termos com as implicações de “direita” e “esquerda” advindas dos séculos XX e XXI.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

sua idade em um ano ao se matricular na Universidade de Coimbra, em 1786, para fins curriculares (VIANNA, 1945, p. 447). Luís Henrique Dias Tavares (1986, p. 74) propõe o ano de 1764 para seu nascimento, o que dificulta uma averiguação exata sobre a sua idade durante os estudos em Portugal e, conseqüentemente, nos eventos históricos em que se envolveu em vida.

Seu primeiro contato com o universo público da colônia se deu através da política soteropolitana, em um contexto de massacres e perseguições a escravos negros e indígenas, além das repercussões negativas ao aumento das taxações sobre a produção colonial (MOREL, 1986, p. 14). Essas experiências, teorizamos, quando contrastadas com a realidade da metrópole, a qual conheceu a partir de 1786, podem tê-lo influenciado a desenvolver um primeiro sentimento “nativista”<sup>3</sup>, ligado ao pensamento “anti-colonial”, ou “anti-lusitano”.

Como afirma Marco Morel (2022, p. 25), pouco se sabe de seu passado anterior a sua ida a Europa como estudante, em 1786. De fato, para Luís Henrique Dias Tavares, Barata só se inaugura na história do Brasil a partir de seu envolvimento na Conjuração Baiana, de 1798. Para Hélio Vianna (1945, p. 447-448), todavia, a vida como estudante teria se iniciado ainda na Bahia, antes da sua matrícula em Coimbra.

Do testemunho de José Norberto Gomes de Araújo, um dos conjurados envolvidos com o movimento de 1798, afere-se que Cipriano Barata teria lido aulas de gramática, o que atesta um certo grau de letramento adquirido ainda na colônia, no que possuímos apenas referência à sua formação em um “curso de humanidades”, pelos dizeres de Antônio Osmar Gomes, que o biografou brevemente em um artigo redigido para o Jornal do Comércio em edição de 12 de julho de 1942.

Em Dias Tavares (1986, p. 78), este “curso de humanidades” pode ser identificado a partir das Aulas Régias ministradas em Salvador após a expulsão dos jesuítas do Brasil, no que teria aprendido noções básicas sobre grego, latim e retórica. Na obra de Marco Morel, esta referência se encontra ausente. Vale ressaltar que Morel é tributário intelectual de Dias Tavares, no que muitas das informações presentes em sua obra de 2022, inspiraram-se e beberam da fonte do escritor baiano, inclusive aquela que aponta a ida a Coimbra como a “primeira notícia” que se tem de Barata após seu nascimento, e o envolvimento com a Conjuração de 1798, como o primeiro grande evento político de sua vida (MOREL, 2022, p. 25). Dias Tavares, como já dito, preferiu estudá-lo a partir de seu envolvimento com a Conjuração Baiana, temática que se especializou em sua carreira acadêmica.

De qualquer maneira, se adquiriu parte de seu letramento ainda na colônia ou não, deve-se ter em mente que para Cipriano Barata ter ingressado na Universidade de Coimbra, este teve de realizar algum tipo de estudo preparatório. Levando em consideração as exigências dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 para o ingresso de novos estudantes, percebemos a necessidade de conhecimentos prévios sobre latim, grego, retórica, lógica e metafísica, sendo a idade mínima para ingresso de 16 anos. Os candidatos seriam submetidos a um teste de proficiência nestes campos de saber juntamente com a apresentação de uma certidão comprobatória emitida pelos “respectivos mestres” destas disciplinas. Por fim, os Estatutos previam ainda a necessidade de um biênio de estudos privativos como exigência para novas

<sup>3</sup> Por “nativismo”, entendemos um primeiro sentimento de afirmação coletiva de soberania que antecede o movimento da independência em algumas décadas. Na visão do historiador Rogério Forastieri da Silva, “procura-se por meio dos ‘movimentos nativistas’ ou dos ‘movimentos precursores da independência’ fundar os ‘alicerces’ da nacionalidade emergente” onde eventos de insubordinação colonial, como a Inconfidência Mineira de 1789 e a Conjuração Baiana de 1798, ou até mesmo a Revolução Pernambucana de 1817, transparecem um primeiro sentimento anti-colonial ou anti-lusitano, ocasionados pelas altas taxações advindas da metrópole à produção colonial ou pela identificação por parte dos colonos de um conjunto de privilégios gozados pelos naturais da metrópole, em uma balança de forças desiguais que os leva à conspiração e secessão. Cf. SILVA (1997, p. 83).



matrículas. Estes estudos privativos consistiam-se em algumas disciplinas do primeiro ano das recém-criadas faculdades de Filosofia e Matemática (CARVALHO, 2007, p. 67-68).

No mais, além da preparação exigida pela Universidade de Coimbra, e que sabemos, Cipriano Barata teve de cumprir pois ingressou naquela universidade em 1776, as fontes são escassas, e temos de nos apoiar nas pesquisas de Hélio Vianna sobre um artigo redigido para a imprensa dos anos 1940. O que sabemos com exatidão é que na altura de seus 24 anos, Barata ingressou nos cursos de Filosofia, Matemática e Medicina da Universidade de Coimbra, onde teve contato com a contrastante vida urbana da metrópole lusa e com o Iluminismo europeu, principalmente o de características portuguesas<sup>4</sup>, em um ambiente acadêmico “moderno”, 14 anos após as reformas pombalinas. Estendeu sua estadia em Coimbra até 1790, quando teve de retornar ao Brasil devido ao falecimento de seu pai. Durante sua formação acadêmica, conviveu com nomes importantes do 1º Reinado, como é o caso de José Bonifácio de Andrada e José da Silva Lisboa, seus futuros rivais no âmbito político e da imprensa.

Sobre o Iluminismo de matriz portuguesa, identificamos a presença de três conceitos que nos ajudam a explicar o ideário ilustrado em Portugal. Partindo da ideia de “iluminismo católico”, entendemos que a forte tradição religiosa do catolicismo italiano, a partir de eruditos da Igreja Romana, firmou-se em Portugal nos tempos das Luzes junto a um “reformismo” que não viesse a ferir a ortodoxia da Igreja. Somam-se a isso as características de um “ecletismo” filosófico português que definiu um certo tipo de ilustração aberta ao diálogo com outros campos, seguindo-se a medidas de conciliação entre a fé católica e a razão ilustrada. Por fim, o conceito de “ilustração de compromisso” permeou as atitudes dos pensadores lusitanos, de se comprometerem a não ferir, em seus escritos, as tradições e práticas culturais católicas da nação portuguesa (CARVALHO, 2007, p. 19-27).

Em cenário como este, seria desaconselhável que um aluno da Universidade de Coimbra, mesmo que tivesse uma formação ilustrada, viesse a falar contra a Igreja ou a Coroa. Todavia, em 1788, o ímpeto crítico das ideias de Cipriano Barata o levariam à sua primeira grande “polêmica”: seria denunciado e interrogado pela Mesa da Inquisição por heresia, a partir de suas atitudes enquanto aluno em Coimbra, e pela natureza de seus escritos (MOREL, 2022, p. 30). Como consta de informações recolhidas dos arquivos daquela Universidade, cedidas a Marco Morel por Dias Tavares, ficamos sabendo que durante o curso de Filosofia, Cipriano Barata foi examinado e aprovado por um professor português de nome Teotônio José de Figueiredo, conhecido por suas ideias iluministas “radicais”. Tendo Barata frequentado o Velho Mundo durante o auge da Revolução Francesa, Marco Morel teoriza que este professor pode ter exercido um papel de mentor intelectual para o jovem estudante baiano, de onde poderiam ter surgido as suas ideias mais “incendiárias”.

De volta à sua terra natal, após 1790, Barata casa-se com sua primeira esposa, Ana Joaquina de Oliveira, e passa a se dedicar à prática da medicina e cirurgia, além de lecionar grego e latim em Salvador e atuar como lavrador do plantio de mandioca e de cana-de-açúcar em uma pequena propriedade de terra na região de Abrantes, arrendada do senhor de engenho Luís Inácio da Siqueira Bulcão, próspero senhor de engenho e membro da sociedade secreta dos “Cavalheiros da Luz”, responsável por introduzir Cipriano Barata nos círculos da maçonaria local e por organizarem, juntos, grupos de conspiradores que buscavam, a partir de aspirações “republicanas”, a derrocada de políticos e membros da elite portuguesa na província.

<sup>4</sup> Em nossa dissertação de mestrado [suprimido], discutimos a importância da Universidade de Coimbra, pós-reforma institucional de 1772, como polo propagador dos preceitos iluministas “portugueses”, principalmente na figura de estudantes brasileiros, membros da elite política imperial. Acerca desta geração “coimbrã” de escritores e intelectuais, cf. CARVALHO (2007, p. 18-32); NEVES (2003, p. 29-31).



É a partir daqui que Cipriano Barata empregará o seu letramento para a mobilização política, entre conversas privadas e reuniões secretas, encontros clandestinos com outros conspiradores e a escrita de pasquins contrários ao sistema absolutista que, cedo ou tarde, o levariam ao movimento de 1798. Como afirma Dias Tavares (1986, p. 74), o “Baratinha” que regressou de Coimbra falava abertamente sobre o “estado político da Europa”, dos “sucessos da França” revolucionária. Para Hélio Vianna (1945, p. 450), este novo Cipriano Barata, agora por volta dos seus 35 anos de idade, deixou-se influenciar pelos “chamados princípios franceses”, se utilizando para isso, de uma listagem de sua biblioteca pessoal apreendida pelos agentes da Coroa Portuguesa, discriminados nos Autos da Devassa de 1798 e que contavam com uma maioria de obras em língua francesa e de autores franceses.

Se em Hélio Vianna o alinhamento ao pensamento francófono revolucionário é um dos fatores explicativos para sua atividade pasquieira, como “agitador popular”, para Dias Tavares (1986, p. 79) não significa atestar Cipriano Barata como “produto típico da ideologia anti-humana e anti-lógica de 1789 que se espalhou pelo mundo”. Esta frase, de autoria de Luís da Câmara Cascudo (1938), foi lida pela geração de historiadores dos anos 1940, em especial Hélio Vianna e Caio Prado Júnior, que se utilizaram dos textos de Câmara Cascudo para elaborar as suas “versões” de Cipriano Barata. Disso, temos a primeira relação ambígua sobre esta figura: se seria ele afeiçoado à dita “francesia” ou se, na verdade, a repudiava. Como escreveu Dias Tavares:

Em verdade, o que mais importa, realmente, para a identificação das ideias de Cipriano Barata, são os seus textos, em destaque os seus manifestos. E estes, ao nosso ver, só autorizam colocá-lo ao lado de outros brasileiros de sua classe - todos eles liberais à sua maneira - que desejavam naqueles anos vinte e trinta do século XIX mudanças políticas e institucionais (o Brasil independente de Portugal e a derrota da Monarquia Absoluta) com o máximo de garantias para estabelecerem a ordem monárquica constitucional e manterem o sistema de trabalho escravo. Por suas ideias, portanto, não é Cipriano Barata quem está à esquerda - e, ao acreditar nisso, estou certo que Caio Prado Jr. se enganou - mas é o regime extremamente fechado e autoritário do 1º Império e da Regência quem o coloca mártir das suas posições republicanas, separatistas e anti-escravistas, que não foram as suas (TAVARES, 1986, p. 79).

Antes de seguirmos com o envolvimento de Barata na Conjuração Baiana, vale a pena refletirmos sobre dois pontos desta citação a Dias Tavares. Primeiramente que, como o autor aponta, há indícios de uma certo enquadramento de Cipriano Barata em um molde de pensamento “republicano”, desenvolvido por seus opositores durante o regime imperial e regencial a partir de seus posicionamentos mais “extremados” (como aqueles envolvendo a defesa de uma maior autonomia política para as províncias ou sobre a sua constante luta pela liberdade de imprensa) para que passasse um ar de líder revolucionário jacobino, nos mesmos parâmetros dados a ele por Hélio Vianna, para quem Barata representava uma “curiosa figura da história brasileira”, que, anos mais tarde, ficaria famosa por suas “Sentinelas da liberdade”, escritas “em qualquer lugar do Brasil monárquico, sempre que se fizesse sentir a necessidade de um periódico de combate” (VIANNA, 1945, p. 447).

E Hélio Vianna (1945, p. 461) é incisivo na identificação política de Cipriano Barata como “patriota ardente”, de “ideias obstinadamente republicanas”, com atitudes de um “extremado oposicionismo” ao governo estabelecido, apesar de também observá-lo como detentor de um “estranho monarquismo”, mesmo que não desenvolva esta ideia. Felizmente, para tal análise, Hélio Vianna cita as leituras que se utilizou: a começar pelo Barão Homem de Melo, nos *Escritos Históricos e Literários* (1868) e no “panorama” traçado pelo seu *Brasil intelectual em 1801* (1901), caracterizavam-no como “ardente publicista republicano”.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



Além deste, Francisco Augusto Pereira da Costa, em estudo intitulado *Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco* (1891), também referia-se ao “Baratinha” como redator de um dos jornais mais republicanos do Brasil para o período. Por fim, o próprio Alexandre José de Melo Moraes, qual teve acesso à rica doação do acervo pessoal de Cipriano Barata, feita por sua filha, Veridiana Rosa Barata, o definiria, em seu *Brasil Histórico* (1882), como “republicano de convicções sinceras e profundas”.

Estes textos, em sua maioria escritos no período imperial brasileiro, serviram de leitura para Hélio Vianna, que nos anos 1940-1950, fez a sua “escrita da história” sobre o personagem. Dessa identificação bibliográfica, já podemos pensar em algumas teorizações de onde e de quando advém essa visão estereotipada de Cipriano Barata como ardente revolucionário republicano, “agitador popular” afrancesado e contrário ao sistema monárquico. Sobre isso, Luís Henrique Dias Tavares não deixaria de expressar a sua opinião:

E é assim que há um Cipriano Barata histórico, que ainda desafia os pesquisadores, tais as lacunas na sua biografia e as dificuldades para reunião de todos os seus textos, e há um Cipriano Barata estereotipado pela repressão absolutista, por seus contemporâneos e por quantos já se utilizaram dele como exemplo negativo, de ‘agitador popular’ (Hélio Viana) ou positivo, de ‘revolucionário’ (Fernando Segismundo, Caio Prado Júnior) (TAVARES, 1986, p. 79).

De qualquer forma, tornando-se panfletário da Conjuração Baiana, pregando contra o sistema colonial monopolista, exigindo a abertura dos portos, a independência do Brasil e a separação da Igreja em relação ao Vaticano, Barata conheceria a sua primeira prisão no ano de 1799, acusado de ser o autor de textos “incendiários” e “sediciosos”, além da delação de sua “heresia formal”, feita pelo padre português José da Fonseca Neves, indiciado réu juntamente a Marcelino Antônio de Souza (TAVARES, 1986, p. 74). José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, seu conterrâneo, ex-colega de estudos em Coimbra e futuro rival no âmbito da imprensa, escreveu sobre este ocorrido, caracterizando Cipriano Barata como membro de uma “obscura facção de alguns idiotas que tentaram estabelecer república na Bahia” (VIANNA, 1945, p. 454).

Diferente de Marcelino Antônio de Souza, Cipriano Barata seria solto no ano seguinte por falta de provas de seu envolvimento concreto no ocorrido, em partes pela hábil defesa apresentada por seu advogado, José Barbosa de Oliveira, e também por já ter “purgado” seus pecados por treze meses no cárcere, no qual passou a se mutilar através da prática de “sangria”, o que foi visto pelas autoridades da Devassa como tentativa de suicídio, e que, na verdade se mostrava mais uma de suas táticas de convencimento, dessa vez não com palavras, mas sim com o “corpo” (VIANNA, 1945, p. 450-451). Cipriano Barata, por muito pouco, na virada do século XVIII para o XIX, fugiu da lâmina do carrasco.

No sequestro orquestrado contra os seus bens, os Autos da Devassa listavam a sua biblioteca pessoal (minuciosamente estudada por Kátia Queiroz Mattoso, em 1969), a sua propriedade em Abrantes e a posse de cinco escravos negros. Do que se tem relato, ao todo, Cipriano Barata deteve em vida a propriedade de um total de onze escravos, o que relativiza a tese de sua luta pelo fim da escravidão, tanto na escrita de Dias Tavares quanto na de Hélio Vianna, ainda mais na de Marco Morel, para quem Barata expressa um verdadeiro “paradoxo” quando se trata da questão escravista no Brasil, visto que em sua 2ª fase editorial, entre os conturbados anos de 1831 e 1835, defendeu o fim do trabalho escravo e a garantia de direitos de cidadania para os negros e “mulatos”.

Nos anos seguintes, Cipriano passaria por quase duas décadas de “intrigas familiares”, entre dois casamentos, o nascimento de suas cinco filhas (Carlota, Veridiana Rosa, Iria Joaquina,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Laura Cipriana e Cipriana Cibila) e seus dois filhos (João Raimundo e Horácio, quais faleceram em idade tenra por complicações de saúde), além das questões políticas envolvendo a prisão de seus dois irmãos, o mais novo, José Raimundo Barata Almeida, preso também em 1798 pela Devassa que se iniciava contra os revolucionários na Bahia, sendo degredado para a ilha de Fernando de Noronha, e o mais velho, Joaquim José Barata de Almeida, tabelião em Salvador, bem posicionado social e politicamente, mas que acabaria sendo preso na década de 1820, por questões de disputas jurídicas com rivais da elite soteropolitana (MOREL, 2022, p. 79-85).

Sobre este período, cerca de dezessete anos de sua vida, Dias Tavares o caracterizou como “obscuro” e sem muitas informações, enquanto Hélio Vianna nem mesmo chegou a escrever um parágrafo, o que torna os estudos de Marco Morel (2022) um dos primeiros a revelarem este lado “familiar” de Cipriano Barata. De fato, há muito o que se explorar sobre suas relações de parentesco, do envolvimento de seus irmãos e sobrinhos nas suas bandeiras políticas até as disputas por heranças entre as duas esposas e, logo, suas filhas, após a sua morte em 1838. Esperamos que, com o avançar de nossas pesquisas, futuramente possamos discorrer mais sobre estes pontos.

Após estes episódios, e outros citados por Marco Morel (a vida da família Barata de Almeida realmente apresenta um volume anormal de eventos inusitados e de importância para a história do Brasil), o “Baratinha” reaparece na cena pública a partir de seu apoio à Revolução Pernambucana de 1817, financiando a “preservação” e o “bem-estar” dos revolucionários pernambucanos encarcerados na Bahia, organizando um Comitê de Anistia em Salvador. Entre os presos, conheceria e se tornaria grande amigo do sacerdote revolucionário Joaquim da Silva Rabelo, o Frei do Amor Divino Caneca, fuzilado por ordens imperiais durante a Confederação do Equador de 1824, da qual Barata também foi uma das principais lideranças, mesmo que de modo “espiritual” e indireto (estava preso no Rio de Janeiro, trancado abaixo do nível do mar, na Fortaleza da Laje, incomunicável durante a deflagração do movimento secessionista).

De 1817 a 1824, Cipriano Barata construiria a sua carreira política como personalidade pública de peso para o Brasil “nascente”. Do Comitê de Anistia dos anos 1818-1820, solidificou uma rede de sociabilidade forte o suficiente para que conseguisse ser eleito deputado para as cortes constituintes de Lisboa de 1821, pela província da Bahia, onde defendeu a liberdade de imprensa, comércio e ensino, além de criticar as condições insalubres das fortalezas portuguesas que serviam de prisão.

Para que pudesse se alçar tão alto, Cipriano Barata incorreu no risco de perder a própria vida, novamente, sendo ameaçado de morte pelo governador da Bahia, D. Marcos de Noronha e Brito, o 6º Conde dos Arcos, que já o conhecia desde suas andanças pelas cadeias de Salvador em 1817, onde tivera diversas conversas com os revolucionários pernambucanos remetidos ao cárcere. Naquele contexto, o sujeito de estatura baixa, franzino de corpo, próximo da casa dos seus 60 anos de idade, de olhos negros e inquisitivos, “burlescamente” trajado “à sertaneja” (de espadão a tiracolo e cinto de pistolas), organizava a derrubada do governo luso da Bahia. Em certa ocasião, convocado a comparecer diante do Conde dos Arcos, teve de ouvir o sermão rápido, direto e ameaçador do governador: “Sei de toda sua vida em Abrantes e na cidade; por todos os lugares tenho vigiado; mude de vida se não lhe hei de mandar cortar a cabeça!” (VIANNA, 1945, p. 455; TAVARES, 1986, p. 74; MOREL, 2022, p. 89).

Vale notar que muitas destas informações que Hélio Vianna se utiliza para caracterizar este lado “visual” de Cipriano Barata vieram dos escritos de José da Silva Lisboa, o que demonstra, primeiramente, uma tendência ao emprego de autores “conservadores” ou “caramurus” do período imperial na obra de Vianna e, secundamente, revela o Visconde de Cairú como um dos primeiros sujeitos a caracterizarem Cipriano Barata no cenário da imprensa no Brasil.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Teorizamos em nossa pesquisa que, através do que escreveu o Visconde de Cairú, na década de 1830-40, começaria um processo de solidificação da memória de Cipriano Barata como líder revolucionário de tendências radicais, republicanas, “carbonárias”, que o relegariam ao ostracismo durante a duração do regime imperial, tido como uma espécie de “pária” do sistema político estabelecido, transformado em figura “caricata” da história do Brasil, um “herói nacional ambíguo” que lutara pela Independência nas Cortes de Lisboa, em 1821, mas que também lutara contra o sistema político imperial. Esta construção biográfica de Barata, quase um século depois, se faria presente na pesquisa de Hélio Vianna. Ao mesmo tempo, também é necessário especificar que seus apoiadores e correligionários políticos não teriam dificuldade em lembrar do Barata como líder revolucionário exemplar, tese que também se faz presente na obra de historiadores do século XX que viam em sua luta política um exemplo para a história revolucionária do Brasil, como Caio Prado Júnior (1953) e Nelson Werneck Sodré (1966).

Em contraste com a fé depositada sobre as fontes por parte de Hélio Vianna, Luís Henrique Dias Tavares, que se utiliza de um mesmo espectro de escolhas de citação, se coloca contrário a muitas das afirmações, ou acusações, que foram feitas a Cipriano Barata. No caso de seu “republicanismo” radical, Dias Tavares refaz o trajeto empreendido por Vianna, das “aspirações republicanas” (Barão Homem de Melo, 1868), de “ideias obstinadamente republicanas” (Antônio Pereira Rebouças, 1822) e do “republicano de convicções sinceras e profundas” (Melo Moraes, 1882), para discordar desta gama de autores e textos, incluindo-os como responsáveis pela tradição, ou tendência, que se viu e que ainda se vê hoje em dia na historiografia de referenciar Cipriano Barata como sujeito fruto da revolução francesa, antecessor ou “pai” da república no Brasil.

Da semelhança bibliográfica entre ambos os autores, muito se justifica o dialogismo que Luís Henrique Dias Tavares transparece com uma tradição de historiadores que foram discípulos de Hélio Vianna, como Affonso Ruy (1953) e Gustavo Barroso (1955). Tradição esta que se inicia, como já exposto anteriormente, com o trabalho pioneiro de Luís da Câmara Cascudo (1938).

Daqueles anos 1940 em diante, o que se vê é uma compartimentação interpretativa sobre Cipriano Barata em duas vertentes, apesar de se manterem as mesmas referências bibliográficas e documentais: uma mais conservadora e monarquista, que tem Hélio Vianna (1945) como seu expoente direto e que o enxerga como líder rebelde, desordeiro e até mesmo anarquista, que acostumou chamá-lo de republicano em um tom pejorativo, e outra situada à esquerda, marxista, através de Fernando Segismundo (1946) e Caio Prado Júnior (1953), tendenciosos a defini-lo como um verdadeiro exemplo para a história revolucionária no Brasil, como membro de uma suposta “esquerda liberal” durante o império, defensora de conceitos políticos ligados às ideias de soberania popular, liberdade de imprensa, comércio e ensino, e uma maior abertura do regime político com a garantia de autonomias jurídicas aos governos provinciais (federalismo).

Dos “discípulos” de Caio Prado Júnior e Fernando Segismundo, podemos pensar nos nomes de Otávio Tarquínio de Sousa (1960), Nelson Werneck Sodré (1966) e até mesmo, em alguma medida, José Honório Rodrigues (1975).

Em meio a este universo de textos sobre Cipriano Barata, é bastante revelador que Luís Henrique Dias Tavares, situado na década de 1980, se utilize de uma historiografia “conservadora” dos anos 1940 para revisá-la e, ao mesmo tempo, realizar a sua própria “escrita da história” sobre o personagem. Desta escrita, como também já mencionado, Dias Tavares inspiraria Marco Morel a perseguir os seus estudos biográficos, questão vindo à luz nos últimos anos.

Voltando à Bahia dos anos 1820, apesar da ameaça do Conde dos Arcos, Cipriano Barata manteve a cabeça, participou do levante que derrubaria a Junta de Governo ainda em 1821 e se tornaria deputado das cortes de Lisboa. Em Portugal, atacando as altas taxas às províncias brasileiras, na contenda pela definição de novos rumos para o Brasil, chegou mesmo a trocar



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

socos com outro colega de tribuna, o marechal Luís Paulino Pinto França, pela questão da independência, atirando-o pelas escadarias do Convento das Necessidades.

Nos relatos do marquês de Fronteira d'Alorna, o já sexagenário Cipriano Barata, “cirurgião de profissão, com a figura mais antipática, grande provocador no Congresso”, após discutir com o marechal, se lançou contra seu corpo e “como um verdadeiro macaco, traiçoeiramente, pelas costas, o precipitou do alto da escada” (MOREL, 2022, p. 119). Apesar da anedota no caso descrito, em Lisboa, Cipriano Barata foi de fato um dos deputados mais ávidos pela defesa da liberdade e independência do Brasil.

Entretanto, por questões de segurança, ou necessidade, e após uma série de rusgas com membros das cortes lisboetas e oficiais católicos do Tribunal do Santo Ofício, além da repercussão extremamente negativa da sua contenda com o marechal Luís Paulino, retornou ao Brasil em 1822 antes do término de seu mandato, fugindo com mais seis outros deputados para terras inglesas, em Falmouth, depois fazendo escala na Ilha de Madeira, onde foi reconhecido por autoridades portuguesas e quase remetido preso de volta a Lisboa.

Por fim, novamente em terras brasileiras, seria proibido de aportar em sua terra natal, a Bahia, que nesse momento se encontrava sitiada pelas tropas do imperador, que lutavam a guerra de independência do Brasil contra o general luso Luís Madeira de Melo, encastelado no centro urbano da capital. Com isso, Barata se instalaria em Recife, no Pernambuco, em finais de 1822, tendo de se reinventar para não ver o fim de sua carreira política (MOREL, 1990, p. 77-78). Com a nova possibilidade aberta pela vinda de tipografias ao Brasil após os eventos de 1822, Barata se dedicou à imprensa assim que teve a oportunidade.

Arriscando-se, primeiramente, como redator da *Gazeta Pernambucana*, semanas depois, adquiriu uma tipografia e lançou a sua primeira gazeta, intitulada a *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco* (1823), em início de abril. Com ela, Barata ganhou notoriedade, angariou aliados ao passo em que também fazia inimigos, incluindo o seu ex-colega de estudos em Coimbra, José Bonifácio, agora um dos mais importantes ministros do então coroado imperador D. Pedro I. Em um jogo truncado de “insultos impressos” (LUSTOSA, 2000), Barata firmou-se no cenário público da província pernambucana. Como o caracterizaria Hélio Vianna:

Pode ser datado de então o início da vida jornalística de Cipriano Barata. Levado pela vocação de demagogo, depois de revolucionário e parlamentar encontrou o seu melhor campo de ação: o pasquim. E apenas pasquineiro seria daí por diante, até 1835, com as interrupções de duas longas prisões, sob o Primeiro Reinado e a Regência Trina, motivadas pelo inegável perigo representado por seus constantes incitamentos à revolta e pelo habitual recurso a intriga entre brasileiros e portugueses, aos quais passou a dedicar o mais intenso ódio (VIANNA, p. 459).

De fato, não há como negar que Cipriano Barata descobriria na imprensa, nos “pasquins” como o definira Hélio Vianna, o meio mais eficaz para o proselitismo de suas ideias. Entretanto, não podemos levar em consideração as afirmações de um Barata que nutria “o mais intenso ódio” contra os portugueses. Como defenderia Marco Morel (2022, p. 328-329), e como também pudemos observar em nossa dissertação de mestrado (BREDA, 2022, p. 62), a tese de oposição ao sujeito lusitano deve ser relativizada. Cipriano Barata se posicionaria, sim, como contrário ao “despotismo português”, identificado no antigo sistema absolutista, mas não teria problemas em afirmar em suas gazetas o sentimento de amizade que detinha para com os filhos de Portugal que jurassem a independência do Brasil. Este é apenas um exemplo possível de contrastar a visão de Hélio Vianna, que se apoiou em uma bibliografia redigida sob o império, com a de outros historiadores dos anos 1980 em diante, que puderam revisar muitas das afirmações presentes neste material original.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Retornando a 1823, apesar de sua popularidade crescente em meio às elites “Exaltadas”, a empreitada editorial do “Baratinha” terminou com sua prisão definitiva e o fechamento do seu periódico em novembro, devido às ácidas críticas direcionadas ao governo imperial, acusado formalmente pelo Ministério do Rio de Janeiro de ser um sujeito “revolucionário”, “carbonário” e defensor de um sistema institucional republicano, que pregava a secessão.

Apesar das acusações, é eleito pela província da Bahia como deputado para a assembleia constituinte do Rio de Janeiro, com 612 votos (sendo o candidato mais votado em todo território nacional). Todavia, Barata se recusa a deixar Pernambuco, alegando o ar de animosidade e intriga que espreitava por parte dos correligionários do imperador. Após o fracasso de tentar comprar a sua fuga junto de sua família para a Bahia, Cipriano Barata é preso em sua residência na Rua Nova, em Recife, durante a madrugada do dia 17 de novembro de 1823, e remetido à força para o Rio de Janeiro, escoltado por uma força armada de 150 soldados.

Após a sua captura e degredo, passou mais de sete anos em diferentes prisões imperiais, longe do contato com a esposa e filhas, quase sempre incomunicável e recluso do mundo exterior, com algumas poucas exceções, como quando foi transferido da insalubre Fortaleza da Laje para a mais convidativa e “humana” Fortaleza de Santa Cruz, em 1828, podendo passear pelas amuradas daquela fortaleza, acompanhado de autoridades que o observavam atentamente. Caracterizamos os anos de 1824 a 1827 o tempo em que Barata permaneceu esquecido nas masmorras semi-submersas e desumanas da Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro, incomunicável com o mundo exterior, com a exceção de um escravo que nunca foi nomeado, que, de tempos em tempos, fazia a transmissão das suas correspondências pessoais com seus correligionários, família e amigos.

A partir de 1828, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, sua condição carcerária se torna mais branda, após ter sobrevivido por quatro anos nas masmorras da Laje. O cárcere se tornaria uma fase marcante de sua atividade como editor da imprensa, como “preso político” que era, seria ele um redator rebelde por detrás das grades. Somente saiu dos “ferros” em 1831, no contexto das diversas crises que acometeram o poder imperial. De fato, Cipriano Barata viu o Primeiro Reinado ir e vir por detrás das grades.

Permanecendo em Santa Cruz até 1831, é posto enfim em liberdade, conseguindo retornar à sua terra natal, à sua família, esposa e filhas, ficando livre por um período de seis meses, residindo na Bahia, em uma nova residência no Largo da Cruz do Pascoal, em Salvador, até o acontecimento de nova conspiração e uma nova prisão, orquestrada por seus opositores dentre a elite política soteropolitana.

Na época, as autoridades da Junta de Governo da Bahia temiam pela volta do “Sentinela da liberdade” às páginas da imprensa, e ofereceram a Cipriano Barata cerca de 3 contos de réis, além da propriedade de uma roça, para que deixasse de vez a vida de “pasquineiro”. Com a recusa de Barata à proposta, seus opositores acharam por bem enviarem uma força armada a fim de prendê-lo em sua nova residência no Largo da Cruz do Pascoal, acusando-o de envolvimento em um levante de escravos que estaria a se formar em Salvador (VIANNA, 1945, p. 481).

Sobre este ocorrido, Dias Tavares possui uma opinião bem diferente da de Hélio Vianna. Para o autor baiano, Cipriano Barata não teria se envolvido com nenhum tipo de rebelião de escravos, e que o caso de 1831 em Salvador, na realidade, não passaria de mais uma maquinação construída pelos seus inimigos políticos. Se apoiando nas declarações do próprio Cipriano Barata a respeito do caso, e das acusações de seu suposto “separatismo” e “republicanismo”, Dias Tavares expõe que:

Ao contrário do separatista, escreveu, queria a unidade do Império, unidade em que o governo central funcionasse como a autoridade da Nação, ficando as



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Províncias em situação de igualdade capaz de permitir que guardasse os recursos arrecadados. Por aí é que chegou à proposta de Monarquia Constitucional Federativa. E a quantos o faziam republicano, explicava que Federação não era sinônimo de República (...) Outra acusação que repeliu foi a de ser patrocinador de “levante de escravos”. Ao contrário, defendeu-se, queria a abolição gradual do trabalho escravo, uma abolição que deveria se processar em vinte ou trinta anos, e que se faria com a indenização dos proprietários (TAVARES, 1986, p. 80).

Apesar de sua elaborada defesa, foi enviado às pressas em uma embarcação de volta ao Rio de Janeiro, onde conheceria de perto as suas novas “guaritas”: a Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, a Fortaleza de Villegagnon e a “Presiganga”, espécie de navio-prisão utilizado pelo império para degredo dos mais perigosos presos do regime. Em 1833, a corte fluminense decide remetê-lo à Bahia, onde passaria ainda um tempo preso no Forte do Mar, em Salvador, envolvendo-se com o levante federalista ocorrido naquelas instalações, muito devido à sua presença “inspiradora” perante a tropa. O mesmo se deu com a Ilha das Cobras um ano antes, onde um motim armado o nomeia líder da ilha, desafiando a autoridade dos regentes e pondo em cheque a frágil ordem estabelecida, tamanho era o vulto de sua figura política neste momento, já na casa de seus 70 anos de idade. Cipriano Barata, durante a Regência, se tornaria um fantasma Exaltado dentro dos cárceres dos Moderados (MOREL, 2022, p. 238-266).

Consequindo definitivamente a sua liberdade no ano de 1835, após várias idas e vindas jurídicas, diversas discussões parlamentares sobre o seu caso e uma cruzada jornalística que pretendia revelar à opinião pública as suas mazelas, Barata deixa a corte do Rio de Janeiro, se mudando com sua família para a Paraíba, não ficando muito por lá, sofrendo perseguições políticas e ameaças de morte que o obrigaram a ir para a distante Natal, no Rio Grande do Norte, onde residiu com esposa e filhas, tendo ainda a companhia de alguns amigos próximos, como a do professor Urbano Gondim (cuja filha, Isabel Urbana Gondim, escreveria uma biografia sobre sua pessoa anos mais tarde), ficando por lá exercendo a profissão que aprendera desde a mocidade, como médico-cirurgião, boticário e professor até a sua morte, em 1838.

Cipriano Barata deixou este mundo pobre, sem muitas posses, com uma pequena herança que mais consistia em sua residência em Abrantes, seis trabalhadores escravos e um conjunto de pertences pessoais que se resumiam a livros de medicina e política, mobílias, ouro e prata, que juntos somariam cerca de 69 mil réis, nenhuma grande fortuna para o período (MOREL, 2022, p. 343). Com o tempo, seu nome seria apagado das páginas da imprensa e da tribuna, apesar de que muitas foram as “Sentinelas da liberdade” que se multiplicaram após a sua morte, a partir da escrita de seus apoiadores. Sua lápide, antes localizada na capela do Senhor Bom Jesus das Dores, em Ribeira, na capital potiguar, já não existe (MOREL, 2022, p. 301-302). Seus vestígios que ficaram para a história são aquilo que escrevera, suas diversas “Sentinelas da liberdade”, seus manuscritos, anotações, cartas, sonetos, pasquins, enfim, suas “Letras”.

Ferrenho opositor do que identificava como o “despotismo português”, em vida participou de inúmeros movimentos revolucionários, foi o porta-voz de uma efervescente elite liberal Exaltada e foi também um dos primeiros a comentar todo o conteúdo do texto constitucional de 1824. Através de seus escritos ácidos e combativos, sem receio de dizer o que pensava, o “Baratinha” desenvolveu um estilo próprio de retórica e se posicionou em meio a uma rede de sociabilidade letrada.

Era a favor da monarquia enquanto esta seguisse os moldes constitucionais em voga, era a favor da república enquanto essa pudesse ter uma base real de aplicação; quando não, ou repudiava-a ou omitia-se. Era também adepto da vertente federalista por ver nesta forma de governo uma alternativa justa e executável para o Brasil (lembramos sempre da importância dada ao termo “província” em Cipriano Barata, que se alinha às propostas “federalistas” de governo).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Em todas as instâncias, era indiscutivelmente a favor do liberalismo e do sistema constitucional moderno, apesar de ter sido excluído do “jogo político” por lideranças dos liberais Moderados, como os irmãos Andrada e Silva e o padre regente, Diogo Antônio Feijó.

Após sua prisão em 1823, Cipriano Barata seria erigido como um ícone, uma mitologia política que recaiu sob sua figura pública, sendo um dos motivos para a deflagração da Confederação do Equador, de 1824. Em realidade, se observarmos a cultura política do Brasil durante os anos 1822-1835, vemos que as lideranças do “1822”, tanto Exaltados, Moderados quanto Caramurus, se uniram em torno do projeto imperial de D. Pedro I, pois viam no monarca a única possibilidade de separação definitiva com Portugal.

Em 1831, contudo, os Caramurus e o próprio imperador são destituídos do poder político por uma união entre Exaltados e Moderados. De 1832 a 1834, nos primeiros anos de Regência, os Moderados ou assimilam, ou excluem as lideranças dos Exaltados, que se diluem diante do liberalismo de Feijó, até o regresso conservador de Araújo Lima, de 1835 em diante, onde alguns Caramurus junto com alguns Exaltados retomam o poder, mas estes últimos logo são retirados do governo novamente, por não se enquadrarem no sistema político estabelecido.

Por ser um Exaltado, Cipriano Barata, neste jogo político de golpes e contragolpes, mesmo como liderança mitológica que era, não consegue alcançar grandes projetos, se vê apartado da divisão de poder, e, apesar de ser elevado por movimentos separatistas como “lenda” (Confederação do Equador, de 1824; Revolta da Ilha das Cobras, 1831; Revolta Federalista do Forte do Mar, de 1832, etc.) sofre com o peso de seus escritos nas cadeias do império e das regências, até desistir da atividade de gabinete e das páginas da imprensa, em finais de sua vida, se apegando àquilo que sabia fazer desde a mocidade, a prática da medicina (cirurgia) e a vocação de professor.

Com grande capacidade retórica e oratória, situado entre o carisma e o sarcasmo, com uma escrita combativa, ácida, uma verdadeira “literatura de arco e flecha”, influenciou as novas gerações de escritores do 2º Reinado, que continuaram na sua linha de pensamento, onde surgiram novas “Sentinelas” pelas mãos de outros autores. No final de sua vida e após a sua morte, fundou uma cultura política de resistência ao governo de D. Pedro I e dos Regentes, talvez daí o “esquecimento” ao qual foi relegado pelos membros do poder imperial (MOREL, 2022, p. 337).

De sua rede de sociabilidade constam diversos nomes das elites políticas do Império. Da sua família, os Barata de Almeida, diversos foram os casos envolvendo autoridades públicas. Uma família que desde sempre (cabe maiores investigações) esteve envolvida com a política de alguma forma, desde seus irmãos, até seus sobrinhos e filhos.

Enfim, sobre sua figura pública, esta mais aparece após o ano de 1821, depois de ter sido deputado em Lisboa. A sua influência como editor das “Sentinelas da liberdade”, segundo Marco Morel, se deu mais através da imprensa e de encontros pessoais do que no Parlamento, o que atesta uma maior permeabilidade das ideias de Barata em meio à opinião pública, através dos impressos, de uma maneira pluralista e abrangente, do que na própria atividade parlamentar contida no Rio de Janeiro (MOREL, 2022, p. 338-339). Cipriano Barata descobriria na imprensa periódica o seu maior sucesso e seria periodista até o fim de sua vida, onde a atividade como editor confundia-se com a de líder político, e onde o “Baratinha” se transformaria, de fato, em um “Sentinela da liberdade”.

## Considerações Finais



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Através dos estudos empreendidos sobre a memória e a história de Cipriano Barata, e da análise de uma rica historiografia que se voltou ao personagem, percebemos que, de forma otimista, Barata antevia a perpetuação de seu nome e o sucesso do liberalismo político diante do absolutismo. Com sua prisão e a guinada “à direita” do regime monárquico brasileiro, o otimismo se transforma em pessimismo. Culpa-se a tudo e a todos, culpa-se o imperador, os ministros, a Santa Aliança, os “marotos portugueses”, o carcereiro da Fortaleza da Laje, enfim, uma expectativa política que tendia a não se realizar nunca na prática.

Para entendermos melhor esta relação de Cipriano Barata, precisamos situá-lo em sua época. Para ele, era inaceitável que fosse preso pelo que falasse, pelo conteúdo de suas gazetas, pelo propagar de suas ideias. Experiente formador de revolucionários, nunca antes tinha sido preso, até aquele primeiro momento de 1798, quando o choque entre a sua visão de mundo e a realidade do sistema absolutista lhe jogou um primeiro balde de água fria.

De um primeiro susto, o alívio perante a absolvição em 1800. Dali em diante, após quase duas décadas organizando a situação familiar, o jovem formado pelas Luzes de Coimbra se torna o adulto envolvido com ameaças de sedição, de Pernambuco em 1817 à Bahia e às Cortes de Lisboa em 1821, extremado-se na contenda pela Independência do Brasil em 1822, e desta, para o combate de “pena e papel” da imprensa periódica, a qual lhe gerou os diversos cárceres, sofrimentos e degredos nos quais ficaria até a casa dos seus sessenta anos de idade.

O “Baratinha” se via como o “Sentinela” em atividade pela liberdade. Liberdade para uma elite de liberais Exaltados, para os cidadãos, o “povo” idealizado por uma visão moderna de sociedade, fruto de sua formação acadêmica ilustrada, mas fruto também dos “sofrimentos da terra”, como diria Marco Morel (2022). De seu contexto como aluno durante os anos da revolução francesa, é de se esperar que observasse o mundo de uma maneira única, na “contramão” da ordem estabelecida, apesar de não se posicionar a favor das aspirações francófonas.

Sobre a inexistência de uma documentação que diz respeito à infância de Cipriano Barata, podemos pensar nas diferentes lacunas que ainda persistem em sua biografia, dúvidas que se fazem a partir de questões como: quais foram as experiências e quais são as memórias que guarda do governo absolutista na Bahia do século XVIII? Em que grau a participação da família de Barata (a prisão de seu irmão mais novo) na revolta de 1798 o influenciou a construir a sua primeira visão sobre as autoridades portuguesas? Da sua transformação intelectual, quais as aspirações acadêmicas que concretizou enquanto aluno em Coimbra? O que aprendeu? Como aprendeu? Quais foram seus mentores e professores?

Em nossa visão, Barata era afeiçoado à ideia de centralização monárquica na figura de “soberania popular” (Rousseau, ou, talvez, Montesquieu?), pensava em uma monarquia com autonomia para as Províncias (federalismo?), e era contrário à ideia de “democracia”<sup>5</sup>. Sobre a escravidão, em alguns momentos defendeu o seu fim, embora gradual e com indenização aos proprietários de escravos. Em suas gazetas, este seria um termo que pouco apareceria, indiscutivelmente por uma estratégia de sobrevivência, um dos seus “paradoxos” existenciais. Por

<sup>5</sup> O termo “democracia”, durante o século XIX e particularmente através da experiência brasileira, possuía uma conotação diferente daquela empregada pelo conceito de democracia presente nas discussões políticas dos séculos XX e XXI. Naquele momento, ser defensor da “democracia” significava lutar pelas liberdades políticas e pela soberania popular previstas pelo liberalismo europeu. Contudo, no Brasil, a partir de uma elite conservadora e liberal-moderada, que chega ao poder durante o curso do Primeiro Reinado e, mais especificamente, após 1831, o termo “democracia” passou a ser associado a uma espécie de acusação política para aqueles que pediam maiores liberdades de imprensa, de pensamento, autonomia para as províncias, igualdade social e ampliação de direitos eleitorais. Na visão das elites políticas no poder, a defesa destes ideais advindos do liberalismo europeu podiam ser associados a republicanismo, anarquismo e “democracia”. Em nossa visão, Cipriano Barata, apesar de defender pontos importantes do liberalismo europeu, não se colocou a favor de um modelo democrático de governo, estando mais associado à defesa de uma “república das letras” ou de uma aristocracia esclarecida, iluminista e liberal. Sobre a associação do conceito de democracia e suas relações com o liberalismo, tanto europeu quanto “brasileiro”, cf. COSTA (1999).





fim, era favorável a um estilo de governo aristocrático (não por nascimento, mas por esclarecimento).

Se desiludiu com o Ministério do Rio de Janeiro, com o imperador e com o império do Brasil. Desilusão que se transformou em indignação e que partia de sua formação ideológica. Formado sob as Luzes reformistas de Coimbra, de um iluminismo católico, não totalmente “afrancesado”, para ele era inconcebível que sofresse as perseguições que sofreu, que fosse excluído do jogo político orquestrado pelos liberais Moderados (não eram todos, afinal, liberais?). Se tornou, na década de 1830, uma liderança política mitológica para o grupo dos Exaltados. Mesmo não tendo se envolvido com a Confederação do Equador de 1824 (estava preso no Rio de Janeiro), serviu de motivo, inspiração e mártir para o movimento secessionista.

Neste exercício comparativo entre as “escritas da história” de dois historiadores, separados por quarenta anos de história (Hélio Vianna, em 1945, e Luís Henrique Dias Tavares, em 1986), que se apoiaram em mais ou menos um mesmo conjunto de fontes e em uma mesma bibliografia, mas que produziram duas visões, duas “escritas” completamente opostas sobre um mesmo personagem histórico, podemos observar como a operação historiográfica descrita por Michel de Certeau se dá através de um lugar social, uma prática científica e uma escrita literária.

Ao mesmo tempo, pudemos observar vários “Ciprianos” construídos historiograficamente, um que é republicano, um que é federalista ou até mesmo outro, que é “estranho monarquista”, elevado a líder abolicionista ao passo em que também é dono de escravos, como mito para a elite política no momento em que também foi um dos “esquecidos” durante o Império, fatores que retratam as ambiguidades que permeiam ainda hoje a memória e também a história do “Baratinha”. Nesta atividade, de alguma maneira, tentamos expor estas diferenças de leitura e, conseqüentemente, de escrita sobre Cipriano Barata.

Muitas pesquisas ainda são necessárias se quisermos enquadrá-lo em um retrato histórico condizente com aquilo que defendeu em vida, alinhado com os dilemas, os “paradoxos” e as incongruências que todo ser humano enfrenta em seu dia a dia com si mesmo e com os outros ao seu redor, para que possamos, talvez futuramente, definir o pensamento e atividade política e editorial do “Sentinela da liberdade” do Brasil em suas mais diferentes “guaritas” e em suas mais distintas prisões.

## Referências Bibliográficas

BARROSO, Gustavo. As sentinelas da liberdade. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 31 dez. de 1955.

BREDA, Leonardo Lima. “Ó do Brasil! Alerta!”: Cipriano Barata e o Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco (1823). Assis (2022). 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2022.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?: A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. In: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 39, 1891.
- GOMES, Antonio Osmar. *Cipriano José Barata: Esboço biográfico de um patriota baiano*. *Jornal do comércio*, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1942.
- LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos do império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1827.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, Roberto R. *Liberdade para os brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.
- MELO, Barão Homem de. Brasil intelectual em 1801. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 101, tomo 64, parte I, 1901.
- MELO, Barão Homem de. *Escritos históricos e literários*. Rio de Janeiro: [s.l.], 1868.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *O liberalismo radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- MORAES, Alexandre José de Melo. *O Brasil Histórico*. Rio de Janeiro: [s.l.] 1864.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata: uma trajetória rebelde na independência do Brasil*. Jundiá: Paco Editorial, 2022.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideia de revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1945.
- REBOUÇAS, Antônio Pereira. Recordações patrióticas (1821-1822). In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, vol. 48, 1923.
- RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1953.
- SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa brasileira: vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1946.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo: a história como "biografia da nação"*. São Paulo: Hucitec, 1997.



SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Fatos e personagens entorno de um regime*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Cypriano José Barata de Almeida. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 26, 1986.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

### Notas de autoria

Leonardo L. Breda é Licenciado em História pela Faculdade de Artes, Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente (2019) e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), 2022. Foi membro do corpo editorial da Revista Faces da História (e-ISSN: 2358-3878 - Qualis B1) entre os anos de 2020-2022 e atualmente faz parte do corpo editorial da Revista História e Cultura (ISSN: 2238-6270 - Qualis A3), ambas revistas discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Está cursando o Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP). É bolsista Capes-DS desde 2024 pela mesma instituição. Atua como pesquisador das seguintes áreas: História do Brasil (Império) com enfoque em História da Imprensa, História dos Intelectuais e História da Independência do Brasil. Detém especial interesse pela história de Cipriano Barata e de outros intelectuais brasileiros da primeira metade do século XIX.

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

BREDA, Leonardo Lima. De “estranho monarquista” a “obstinado republicano”: a construção historiográfica de Cipriano Barata (1762-1838). *Sæculum – Revista de História*, v. 29, n. 50, p. 09-28, 2024.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

Não se aplica

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

### Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

**Histórico**

Recebido em 10/11/2023.

Modificações solicitadas em 14/06/2024.

Aprovado em 02/07/2024



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

SÆCULUM - Revista de História [v. 29, n. 50]. João Pessoa, p. 09-28, jan./ jun. 2024, ISSNe 2317-6725.